



Demonstrações Financeiras do Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda.

31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

Relatório da Administração.....	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.....	4
Balanços Patrimoniais.....	7
Demonstração dos Resultados.....	8
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras:	
Notas Explicativas	13
1. Contexto Operacional	13
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial	13
3. Principais Políticas Contábeis	14
4. Caixa e equivalente de Caixa	17
5. Carteira de Câmbio	17
6. Outros Ativos e Passivos Financeiros	18
7. Diversos	18
8. Ativos e Passivos Fiscais	18
9. Outros Ativos	19
10. Imobilizado	19
11. Provisões para Pagamentos a Efetuar	19
12. Patrimônio Líquido	20
13. Receita Intermediação Financeira	21
14. Despesa com Pessoal	21
15. Despesas Administrativas	22
16. Despesas Tributárias	22
17. Despesas com Provisões	22
18. Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	23
19. Imposto de Renda e Contribuição Social	23
20. Provisão para Contingências	23
21. Resultado recorrentes e não recorrentes	23
22. Partes Relacionadas	24
23. Gerenciamento de riscos	24
24. Resolução CMN 4.966/21	25
25. Limites operacionais	26
26. Eventos Subsequentes	26

Senhores Sócios:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial da Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 69.317. O resultado apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi lucro de R\$ 27.689.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos totais atingiram o valor de R\$ 292.642. Desse montante, destacamos R\$ 203.889 são representados por caixas e equivalentes.

Outras Informações

A política de atuação da Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes se fundamenta em normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria.

A Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. informa que no exercício findo de 31 de dezembro de 2022, não foram prestados pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Ademais, a Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. confirma que a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. confirma que sua administração dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 22 de maio de 2023

Os Administradores

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos quotistas e administradores do
Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. (“Corretora”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais regulamentações complementares, descritos na Nota Explicativa nº 2 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial” e Nota Explicativa nº 3 – “Principais Práticas Contábeis”.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 - “Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial” e Nota Explicativa nº 3 – “Principais Práticas Contábeis”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Base de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial” e Nota Explicativa nº 3 – “Principais Práticas Contábeis”, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Corretora para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.950, do CMN e demais regulamentações complementares. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos, e dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

A Corretora elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes aos semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria em 29 de março de 2023, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade e a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório esta, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.950 do CMN, e demais regulamentações complementares, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial” e Nota Explicativa nº 3 – “Principais Práticas Contábeis” às referidas demonstrações financeiras, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras do Consolidado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais de Auditoria das Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais) exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de maio de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

A handwritten signature in purple ink, appearing to read "Leonardo Mesquita Dantas".

Leonardo Mesquita Dantas
Contador CRC 1SP-263.110/O-7

Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		292.083	74.059
Disponibilidades			
Depósitos Bancários	4	203.889	64.770
Instrumentos Financeiros			
Carteira De Câmbio	5	32.633	6.410
Outros Ativos Financeiros	6	20.653	2
Diversos	7	14.566	2.373
Outros			
Ativos Fiscais	8	19.683	8
Outros Ativos	9	659	496
Ativo Não Circulante		559	-
Permanente			
Imobilizado	10	584	-
(-) Depreciação Acumulada	10	(25)	-
Total do Ativo		292.642	74.059
Passivo Circulante		223.325	44.839
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros			
Carteira de Câmbio	5	23.872	2.163
Outros Passivos Financeiros	6	159.359	36.175
Outras Obrigações			
Passivos Fiscais	8	36.356	5.604
Provisão para pagamentos	11	3.738	897
Patrimônio Líquido		69.317	29.220
Capital Social	12	31.904	20.904
Reserva de Capital – Opções Outorgadas	12	3.410	2.002
Lucros Acumulados		34.003	6.314
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		292.642	74.059

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Demonstração do Resultado

Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto resultado líquido por quota

	Nota	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Intermediação Financeira				
Rendas de Câmbio	13	66.308	117.962	39.971
Rendas de Corretagens de Câmbio	13	10.199	16.869	1.966
Rendas por Serviços de Pagamentos	13	1.843	2.503	-
Resultado Bruto Por Intermediação Financeira		78.350	137.334	41.937
Outras Despesas Operacionais				
Despesas com Pessoal	14	(5.911)	(9.251)	(4.088)
Despesas Gerais e Administrativas	15	(13.882)	(31.597)	(8.553)
Despesas com Depreciação		(25)	(25)	-
Despesas Tributárias	16	(10.236)	(17.514)	(6.107)
Despesas com Provisões	17	(1.848)	(3.918)	(2.114)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	18	(12.847)	(20.675)	(3.292)
Resultado Operacional		33.601	54.354	17.783
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social				
		33.601	54.354	17.783
Imposto de Renda	19	(8.445)	(16.250)	(5.303)
Contribuição Social	19	(5.725)	(10.415)	(4.262)
Lucro do semestre/exercício		19.431	27.689	8.218
Resultado Líquido por Quota		0,61	0,87	0,43

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Demonstração do Resultado Abrangente

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Resultado Líquido do Semestre/Exercício	19.431	27.689	8.218
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do Semestre/Exercício	19.431	27.689	8.218

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital Social	Reserva de Capital Opções Outorgadas	Lucro Acumulados	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.500	-	(1.904)	-	(404)
Capital Social	19.404	-	-	-	19.404
Opções outorgadas/reconhecidas	-	2.003	-	-	2.003
Lucro do Exercício	-	-	8.218	-	8.218
Constituição de reserva de Lucros	-	-	(6.314)	6.314	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.904	2.003	-	6.314	29.221
Capital Social	11.000	-	-	-	11.000
Opções outorgadas/reconhecidas	-	1.407	-	-	1.407
Lucro do Exercício	-	-	27.689	-	27.689
Constituição de reserva de Lucros	-	-	(27.689)	27.689	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	31.904	3.410	-	34.003	69.317
Saldos em junho de 2022	25.904	2.284	-	14.572	42.760
Capital Social	6.000	-	-	-	6.000
Opções outorgadas/reconhecidas	-	1.126	-	-	1.126
Lucro do Período	-	-	19.431	-	19.431
Constituição de reserva de Lucros	-	-	(19.431)	19.431	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	31.904	3.410	-	34.003	69.317

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Demonstração dos fluxos de caixa

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	2º semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo De Caixa Das Atividades Operacionais			
Lucro do Semestre/Exercício antes do IR	33.601	54.354	17.783
Encargos de Depreciação	25	25	-
Com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Ganhos renda fixa	-	-	765
Juros	-	-	102
Variação cambial	(2.128)	(3.920)	(10.014)
Variação cambial passiva	14.432	25.185	-
Provisões IR e CS	-	-	-
Provisões	(929)	1.423	2.114
Contratos de opções de ações	(647)	1.408	2.002
Contingências	-	15	-
Provisões (Opex)	(282)	-	112
Resultado Ajustado	45.001	77.066	10.750
Atividades Operacionais	63.366	51.052	34.596
Instrumentos Financeiros	69.467	64.561	29.124
Aumento (Redução) da carteira de câmbio	(38.371)	(48.031)	(6.838)
Aumento (Redução) Outros ativos financeiros	(7.623)	(20.652)	(2)
Aumento (Redução) do diversos	29.237	(12.192)	(2.373)
Redução (Aumento) do Passivo Carteira de Câmbio	(14.165)	(3.476)	2.162
Aumento (Redução) dos Outros Passivos Financeiros	100.389	148.912	36.175
Outras Obrigações	6.272	6.912	5.958
Redução (Aumento) do passivo fiscais	3.896	4.086	5.498
Redução (Aumento) provisão para pagamentos a efetuar	2.376	2.826	460
Outros Ativos	(11.790)	(19.838)	(485)
Aumento (Redução) dos Ativos Fiscais	(11.754)	(19.675)	(7)
Aumento (Redução) dos Outros Ativos	(36)	(163)	(478)
Imobilizado	(584)	(584)	-
Aumento (Redução) de Móveis e Equipamentos	(584)	(584)	-
Atividades de Financiamentos	6.000	11.000	18.297
Capital Social	6.000	11.000	19.404
Empréstimos pagos/adquiridos	-	-	(1.107)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	114.366	139.118	63.643
Aumento no Caixa E Equivalentes De Caixa	114.366	139.118	63.643
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	89.523	64.771	1.127
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	203.889	203.889	64.770

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de reais- R\$, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto Operacional

As Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial Wise Brasil (Conglomerado, "Wise Brasil"), que compreendem a consolidação de balanços da Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. ("Corretora" e instituição-líder) e sua coligada Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda. ("Instituição de Pagamentos"), (anteriormente denominada Wise Brasil Pagamentos Ltda.) estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração contábil (Resolução 4950, Art 1º), informações relativas à totalidade das atividades financeiras.

A Corretora, situada na Alameda Rio Claro, nº 241, 5º andar, Bela Vista, São Paulo, constituída em 6 de março de 2020 na forma de sociedade limitada, atua no mercado de corretagem de câmbio, regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para a corretagem de câmbio. Seu objetivo é a prática de operações ativas e passivas inerentes às corretoras de câmbio, de acordo com os regulamentos do Banco Central do Brasil - BACEN a ela aplicáveis e com as disposições legais e regulamentos em vigor. A Instituição de Pagamentos, situada na Alameda Rio Claro, nº 241, 5º andar, Bela Vista, São Paulo, constituída em 26 de janeiro de 2021 na forma de sociedade limitada, sendo controlada pela TransferWise LTD. sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Inglaterra e País de Gales. Seu objetivo é emissão de cartões e instrumentos de pagamentos, físicos ou virtuais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Corretora apresentava o patrimônio líquido negativo em R\$ 404 em decorrência aos investimentos iniciais de constituição e custo para homologação pelo Bacen durante o processo de inspeção para liberação da autorização para operar no mercado de câmbio. Durante esse processo de inspeção, a Corretora não pôde realizar aporte de capital. Por estar em fase pré-operacional, sem a geração de receita e com despesas operacionais, a Corretora apresentou prejuízo no exercício de 2020. Em 26 de janeiro de 2021, o Bacen concedeu a autorização para funcionamento da Corretora. As operações de câmbio tiveram início em 11 de março de 2021 apenas para as transações do Brasil para o exterior. Em 26 de janeiro de 2021, o Bacen concedeu a autorização para funcionamento da Corretora. As operações de câmbio tiveram início em 11 de março de 2021 apenas para as transações do Brasil para o exterior.

A Instituição de Pagamentos tinha aprovação para começar a operar como Instituição de Pagamento Não Autorizada. Em abril de 2022, atingiu o limite de R\$ 300 milhões de volume operado para se tornar uma Instituição de Pagamento Autorizada, tendo apresentado formalmente o pedido perante o Banco Central do Brasil em julho, aguardando sua apreciação. No segundo semestre de 2022 foi celebrado um Contrato de Reembolso Intercompany entre a Instituição de Pagamentos e a sua matriz, pois, devido ao acordo global entre a bandeira e Wise Payments, a receita das transações que se deram fora do território brasileiro são de direito da Matriz, enquanto todos os custos operacionais são de responsabilidade da Instituição de Pagamentos, levando ao descasamento entre suas receitas e despesas no primeiro semestre de 2022. O reembolso dos custos do primeiro semestre foi feito integralmente no segundo semestre.

Observamos um constante crescimento da utilização dos nossos serviços. O volume operado apresentou crescimento constante, e quando comparamos os valores transacionados em janeiro de 2022 com dezembro de 2022 observamos um aumento de 215%. O Conglomerado apresentou, em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido de R\$ 69.317.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.950/2021 e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Essas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras da Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda e da Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda, conforme determinam a Resolução nº 4.950/2023 do CMN e a Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requerem que a consolidação das entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Wise. A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento.

Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo. As informações que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou informações nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas notas explicativas.

A Wise Brasil, na elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
CPC 24 - Evento Subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo Imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	3.959/19
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.748/19

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de maio de 2023.

3. Principais Políticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

O saldo da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Corretora, líquido de saldos bancários a descoberto.

b) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

c) Ativos e Passivos Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo.

d) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

e) Provisão para Imposto de renda e Contribuição social

Impostos correntes são calculados com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária. Para a Corretora o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social pela alíquota em de CSLL 15%. No caso da Instituição de Pagamentos o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social pela alíquota de 9%.

Para o exercício de 2022, a Administração optou pela não contabilização de crédito tributário para adições temporárias e pretende realizá-la para o exercício de 2023.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da empresa quando a empresa for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado), são acrescidos ao/ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Títulos e valores mobiliários – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador classificados nas categorias:

Títulos para negociação – Títulos valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados a valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido; e

Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos, estando condicionada à capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, cuja decisão da Sociedade desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros – Em conformidade com a Resolução do BCB nº 4.748, o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Operações de câmbio - São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base “pro rata” dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – impairment – A Wise efetua avaliações anualmente para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

g) Benefícios a empregados

i.1) Benefícios a empregados no curto prazo e outros benefícios a empregados no longo prazo.

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação aos ordenados e salários, férias e afastamentos por doença no período em que os correspondentes serviços são prestados a um montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. Passivos de outros benefícios a empregados no longo prazo são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados que serão feitos pela empresa referentes aos serviços prestados pelo empregado até a data de relatório.

h) Pagamento baseado em ações

i.) Transações de pagamentos baseados em ações da Companhia

Os pagamentos baseados em ações e liquidados em ações para empregados e outros provedores de serviços similares é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. O valor justo exclui o efeito das condições de exercício que não se baseiam no mercado. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo das transações baseadas em ações e liquidadas em ações estão descritos na nota explicativa nº 12.b.

O valor justo dos pagamentos baseados em ações e liquidados em ações determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão eventualmente adquiridos. No fim de cada período de relatório, o Grupo revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos em virtude do efeito das condições de aquisição que não se baseiam no mercado. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do período, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste nas reservas.

As transações que resultem em pagamentos baseados em ações, cuja liquidação é feita com instrumentos patrimoniais, com terceiros, exceto funcionários, são mensuradas pelo valor justo das mercadorias ou serviços recebidos. Quando o valor justo não pode ser estimado com confiança, as transações são mensuradas pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos, mensurados na data em que as mercadorias e serviços são recebidos.

No caso dos pagamentos baseados em ações que são liquidados em caixa, um passivo é registrado para as mercadorias ou serviços adquiridos, inicialmente mensurados ao valor justo do passivo. Em cada período de relatório até que o passivo seja liquidado, e na data da liquidação, o valor justo do passivo é remensurado e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

i) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Lucro por quota

O lucro por quota é calculado com base na quantidade de ações em circulação no encerramento do exercício.

k) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos contingentes são identificados quando há um possível ativo cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da Wise Brasil, já os passivos contingentes estão relacionados a uma possível saída de recursos envolvendo benefícios futuros incertos.

l) Consolidação

Na elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular Bacen nº 1.273/1987, especificamente em relação às normas do Conglomerado Prudencial.

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as demonstrações financeiras antes dos ajustes de consolidação estão assim representados:

Objeto	Wise Brasil Corretora de Wise Brasil Instituição de	
	Câmbio Ltda	Pagamentos
Ativo	135.140	183.230
Passivo	70.793	178.260
Patrimônio Líquido	64.347	4.970
Resultado	34.920	(7.230)

4. Caixa e equivalente de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos Bancários Sem Conta Reserva (i)	203.889	64.770
Total	203.889	64.770

(i) Refere-se a depósito de valores em instituições financeiras.

5. Carteira de Câmbio

Os ativos e passivos das operações de câmbio estão representados conforme quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Direito Sobre Venda De Cambio	5.079	4.220
Cambio Comprado A Liquidar	27.417	2.190
Outros	137	-
Total	32.633	6.410
Passivo		
Obrigações Por Vendas Realizadas	23.872	2.162
Total	23.872	2.162

Relatório da
AdministraçãoRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

6. Outros Ativos e Passivos Financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Devedores Diversos (i)	20.690	2
Provisão para Perdas	(37)	-
Total	20.653	2
Passivo		
Credores Diversos(ii)	154.411	34.075
Receita Diferida	1.125	1.194
Outras Provisões(iii)	3.823	906
Total	159.359	36.175

(i) Incentivos a receber da Bandeira de Cartões;

(ii) Refere-se substancialmente a saldo de operações de câmbio ;

(ii) Refere-se substancialmente a saldo de operações de câmbio a serem liquidados no próximo dia útil

7. Diversos

	31/12/2022	31/12/2021
Devedores Diversos – País(i)	10.923	1.916
Numerários Em Trânsito	178	1
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	3.465	456
Total	14.566	2.373

(i) Valor de R\$10.573 em 31 de dezembro 2022 referente a caixa em trânsito liquidado em 02 de janeiro de 2023

8. Ativos e Passivos Fiscais

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
IRPJ Recolhido Por Estimativa	12.131	-
CSLL Recolhida Por Estimativa	7.544	-
Outros Impostos e Contribuições a Recuperar	8	8
Total	19.683	8
Passivo		
Provisão Para Imposto De Renda	16.250	1.337
Provisão Para Contribuição Social	10.415	1.387
IOF a Recolher	6.728	1.926
Demais Impostos a recolher	2.963	954
Total	36.356	5.604

9. Outros Ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Antecipadas	-	2
Vale Refeição e Alimentação	115	20
Assistência Médica e Odontológica	214	65
Propaganda e Publicidade	-	286
Responsabilidade Civil	66	32
Adiantamento a Fornecedores	234	89
Antecipações Salariais	30	2
Total	659	496

10. Imobilizado

	2022				2021		
	Taxa de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Móveis e Aparelhos	5	584	(25)	559	-	-	-
Total	5	584	(25)	559	-	-	-

Mutações do Imobilizado

	Móveis e Aparelhos	Total
Custo		
Em 1 de janeiro de 2022	-	-
Adições	584	584
Em 31 dezembro 2022	584	584
Depreciação		
Em 1 de janeiro de 2022	-	-
Despesas de Depreciação	(25)	(25)
Em 31 dezembro 2022	(25)	(25)
Valor Residual Líquido		
Em 1 de janeiro de 2022	-	-
Em 31 dezembro 2022	559	559

11. Provisões para Pagamentos a Efetuar

	31/12/2022	31/12/2021
Salários a Pagar	9	0
Fornecedores Nacionais	498	558
Provisão Para Férias	454	169
Provisão INSS Para Férias	119	44
Provisão FGTS Para Férias	36	14
Outras Provisões(i)	2.622	112
Total	3.738	897

(i) Refere-se as provisões relacionadas aos pagamentos baseados em ações e outros benefícios a empregados no longo prazo

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 23 de fevereiro de 2021, a Wise Corretora passou a ser autorizada para operar no mercado de câmbio e por meio de reunião do Conselho, deliberou-se um aporte de capital de R\$ 17.404, que se fez necessário para atender às exigências regulatórias brasileiras e às normas do Comitê de Supervisão Bancária (BCBS) da Basiléia. O valor foi devidamente homologado pelo Bacen em 8 de março de 2021. Em 22 de março de 2021, foi deliberado o aporte de capital de R\$ 2.000 para a Instituição de Pagamentos.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, totalmente subscrito e integralizado da Corretora é de R\$ 18.904, representado pelo valor nominal unitário de R\$ 1,00, domiciliado no exterior, sendo 18.714.935 quotas no Reino Unido e 189.040 quotas nos Estados Unidos.

Em 15 de março de 2022 foi realizado um aporte no valor de R\$5.000 na Instituição de Pagamentos. Um segundo aporte foi realizado em 26 de agosto de 2022 no valor de R\$6.000. O capital social, totalmente subscrito e integralizado da Instituição de Pagamentos é de R\$ 13.000, representado pelo valor nominal unitário de R\$ 1,00, domiciliado no exterior, que é inteiramente detido no Reino Unido.

Sendo assim, o capital social total do Conglomerado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 31.904. Em 31 de dezembro de 2021 o capital social era R\$20.904.

Os lucros apurados no Balanço Patrimonial terão a destinação que for determinada pela maioria das sócias, conforme definido no contrato social da Wise Brasil.

b) Opções de compra de ações

O plano de opção de ações para funcionários foi desenvolvido para fornecer incentivos de longo prazo para que todos os funcionários forneçam retornos de longo prazo para os acionistas. De acordo com o plano, os novos empregados Wise Brasil recebem opções de ações da Wise PLC em 12 lotes, com *vesting* gradual durante um período de 4 anos; 25% imediatamente após os primeiros 12 meses de serviço concluído e os 75% restantes em lotes trimestrais a partir do 15º mês (aproximadamente 6% por trimestre). Se o empregado sair, todos os lotes não investidos são perdidos. Não há condições de mercado – o *vesting* é baseado apenas no prazo de serviço. Após 4 anos, o pacote de opções é normalmente renovado, mas a renovação não está garantida. Os pacotes de opções não podem ser alterados – as alterações são feitas através do cancelamento do pacote antigo e concessão de um novo pacote.

Uma vez adquiridas, as opções poderão ser exercidas somente mediante o início do exercício. O valor total a ser debitado é determinado por referência ao valor justo das opções outorgadas. As condições de aquisição fora do mercado estão incluídas nas premissas do número de opções e prêmios que se espera que sejam adquiridos.

As opções são outorgadas de acordo com o plano sem contraprestação e sem direito a dividendos ou voto. Quando exercível, cada opção é conversível em uma ação ordinária. Como resultado da reestruturação, a Wise Payments Ltd transferiu suas obrigações de pagamento baseado em ações para a Wise PLC, que será responsável pela liquidação dos prêmios de pagamento baseado em ações.

Os participantes são elegíveis para opções de compartilhamento assim que ingressarem na Wise.

Plano de opções com liquidação em patrimônio

Neste plano, as opções são adquiridas pelo colaborador diretamente da Transferwise PLC ao valor justo da opção e, no exercício, as ações são adquiridas pelo valor justo determinado na outorga, portanto, não geram impacto financeiro no resultado da Wise Brasil.

Plano de opções com liquidação em caixa

Este plano concede ao beneficiário a possibilidade de participar na valorização das ações da Transferwise PLC com preço de exercício e prazos de *vesting* e exercício pré-estabelecidos. Neste plano, o valor justo é mensurado pela diferença entre o preço atual da ação da Transferwise PLC e o preço de exercício estipulado, sendo provisionado na Wise Brasil o percentual decorrido da carência, de acordo com o período de cada *vesting*, em conta de resultado e em contrapartida ao passivo. O cálculo considera 100% das ações vestidas e o pro-rata mensal das ações a serem vestidas, deduzidas de um cenário de rotatividade estimado anualmente.

Abaixo estão os resumos das opções outorgadas no âmbito do plano

	1 de Janeiro a 31 de Dezembro 2022		1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2021	
	Preço médio de exercício por opção	Número de opções	Preço médio de exercício por opção	Número de opções
Começo do período	0,00001	136.379	0,00001	72.852
Outorgas durante o período	0,00001	180.131	0,00001	101.491
Opções exercidas durante o período	0,00001	0	0,00001	0
Opções perdidas durante o período	0,00001	-34.215	0,00001	-6.630
Fim do Período	0,00001	282.296	0,00001	167.713
Opções adquiridas e exercíveis no fim do período	0,00001	47.456	0,00001	32.118
Preço Médio exercido	0,00001		0,00001	
Valor justo na data de concessão das opções concedidas durante o período	36,29		53,53	

* Para comparabilidade e apresentação consistente, o número médio ponderado de ações ordinárias e opções de ações para 2021 foi determinado na mesma base dos números de 2022, ou seja, como se todas as ações (ordinárias e preferenciais) fossem redesignadas em uma única classe de ações ordinárias A, então cada Ação Ordinária Classe A será dividida em 26 Ações Ordinárias Classe A.

A estimativa do valor justo para transações de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa também requer a determinação das entradas mais apropriadas para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção de compra de ações ou direito de valorização, volatilidade e rendimento de dividendos e fazer suposições sobre eles.

O custo das opções de compra de ações é determinado pelo valor justo na data da outorga pelo modelo Black Scholes.

13. Receita Intermediação Financeira

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de câmbio	66,308	117,962	39,971
Receita de Corretagem de câmbio	10,199	16,869	1,966
Receita de Serviços	1,843	2,503	-
Total	78.350	137.334	41.937

14. Despesa com Pessoal

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Pró-Labore	590	1.036	486
Salários	3.075	4.765	2.159
Vale Refeição	257	364	124
Provisão de Férias	379	608	327
Provisão para 13º Salário	262	414	172
Assistência Médica	851	1.281	497
Demais	497	782	323
Total	5.911	9.250	4.088

15. Despesas Administrativas

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Custo com Bandeiras	50.129	55.881	70
Licença de Uso de Software, Software ou Processamento de Dados	6.415	9.634	2.473
Serviços Profissionais Prestados	1.473	6.425	3.709
Telemarketing	2.758	3.595	-
Descontos Concedidos	1.417	3.054	967
Propaganda e Publicidade	1.227	1.979	400
Aluguel - Bens Imóveis	1.266	1.503	144
Pesquisa e desenvolvimento	89	89	73
Custas Judiciais	55	55	-
Comissões e Corretagens	182	205	3
Fretes e Carretos	2.469	3.922	2
Encadernações, Fotocópias e Gráficas	6.581	7.812	460
(-) Recuperação de Despesas – Reembolso ⁽ⁱ⁾	(63.306)	(63.306)	-
Outras Despesas	3.127	749	252
Total	13.882	31.597	8.553

⁽ⁱ⁾ A partir do segundo semestre de 2022, a Instituição de Pagamentos, passou a receber reembolso de custos relacionados ao produto Cartão da sua matriz das transações em moeda estrangeira processadas por ela. Dentre os R\$63.306 reais reembolsados, R\$7.432 estão relacionados a custos decorridos no primeiro semestre.

16. Despesas Tributárias

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Encargos Sociais - Previdência Social	930	1.490	700
COFINS	3.772	6.470	2.082
PIS	624	1.063	338
ISS	4.525	7.900	2.603
Demais Despesas Tributárias	385	591	384
Total	10.236	17.514	6.107

17. Despesas com Provisões

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Contingência	-	15	10
Bônus Acumulado, PLR E Outros Benefícios	1.126	1.408	2.002
Encargos Sociais - Previdência Social – bônus	655	2.370	-
Outras Provisões	67	125	102
Total	1.848	3.918	2.114

Relatório da
AdministraçãoRelatório dos Auditores
IndependentesDemonstrações
Financeiras

Notas Explicativas

18. Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesa com Bancos	11.529	17.256	1.513
Recuperação de Despesas	1.684	2.035	-
Outras Receitas e (Despesas) Operacionais	(366)	1.384	1.779
Total	12.847	20.675	3.292

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	33.601	54.354	17.783
Adições Permanentes	20	183	49
Adições Temporárias(i)	3.568	6.022	3.170
Amortização Despesas Pré-Operacionais	(2.539)	(2.835)	(493)
Base de Cálculo	34.650	57.724	20.509
CSLL	5.725	10.415	4.262
IRPJ	8.445	16.250	5.303

(i) Provisão relativa a pagamentos por opção de ações (nota 3.f)

20. Provisão para Contingências

Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o parecer de consultores jurídicos externos, responsáveis por classificar as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Os processos classificados como perda possível em 31 de dezembro de 2022 são:

Escritório	Objeto	Data Distribuição	31/12/2022	31/12/2021
Maneira Advogados	Indenização por danos morais	01/11/2021	25	
Maneira Advogados	Indenização por danos morais	06/07/2021	74	
Mattos Filho Advogados	Ação inibitória e indenizatória proposta			10
Mattos Filho Advogados	Agravo de instrumento			*
Total			99	10

*Não possível estimá-lo no atual estágio do litígio

21. Resultado recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB no 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Wise Brasil, apresentamos abaixo os resultados recorrentes em dezembro de 2022 foi de R\$27.689. Em dezembro de 2021 o resultado contábil recorrente foi de R\$8.218.

Não houve resultado não recorrente para o semestre/exercício de 2022 e 2021.

22. Partes Relacionadas

A Wise, que possui participação da Transferwise LTD, tem suas operações e remuneração de serviços com partes relacionadas realizadas no curso normal dos negócios.

Confirmamos que comparamos as contas a receber, contas a pagar e saldos de empréstimos em aberto entre a Corretora e o Grupo Wise e seus subsidiários em 31 de dezembro de 2022 e as consideramos compatíveis com nossos livros e registros sem exceção.

Grupo	Empresa	Contraparte	Saldos em 31/12/2022	Saldos em 31/12/2021
Passivo – Carteira de Câmbio	Wise Brasil Pagamentos	Wise Group	(358)	(8.904)
Ativos Diversos	Wise Brasil Pagamentos	Wise Group	247	(7.450)
Passivo – Carteira de Câmbio	Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda,	Wise Group	11.069	(6.675)
Ativo – Carteira de Câmbio	Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda,	Wise Group	30.712	(10.723)

Além disso, não há contratos de derivativos celebrados entre a Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda. e suas afiliadas nem existem garantias extrapatrimoniais ou direitos ou obrigações contingentes.

23. Gerenciamento de riscos

Assumir riscos de forma organizada e alinhada à missão da empresa é fundamental para o sucesso da Wise Brasil no longo prazo. À medida que a Wise Brasil expande sua operação, também considera a tomada de riscos de forma mais consciente e disciplinada. A gestão de risco independente, a conformidade e os processos de auditoria interna com o nível certo de responsabilidade ao nível da gestão são cruciais para os interesses e preocupações dos nossos clientes e outras partes interessadas. Portanto, mantêm-se os quatro princípios chave de gestão de riscos na Wise Brasil que são: i) assumir riscos conscientemente, ii) só assumir riscos que entendemos, iii) os riscos são transparentes com responsabilidades claras e iv) ter uma equipe de liderança responsável pelos riscos assumidos.

O objetivo de uma Estratégia de Risco é a manutenção do risco do Conglomerado e dos elementos-chave da estrutura de gestão de risco. A estratégia é conduzida e adotada pela Equipe de Gestão de Riscos, e especifica um estado-alvo para o gerenciamento de risco e um conjunto de objetivos para realizar e manter esse estado.

As estruturas de Gerenciamento de Riscos, Capital e Controles Internos da Wise Brasil são adequadas aos requisitos regulatórios brasileiros, principalmente aqueles definidos pela Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de acordo com a complexidade demandada pelos riscos inerentes aos processos que se enquadra, sendo uma Instituição enquadrada no Segmento 4 (S4), nos termos do art. 2, § 3 da Resolução Nº 4.553/2017 do CMN. Somado a isso, a Wise Brasil ainda segue os requisitos definidos no ERMF (Enterprise Risk Management Framework) global da Wise Ltd, que se reporta ao FCA (Financial Conduct Authority).

Desde a obtenção de sua licença de Corretora de Câmbio e Instituição de Pagamentos, a Wise Brasil vem implantando estrutura independente de gerenciamento integrado de riscos e capital, aprimorando suas políticas e procedimentos alinhados às melhores práticas de mercado, monitorando os riscos Operacional, Mercado, Liquidez, Crédito, Capital, Socioambiental e Compliance. Adicionalmente, segue implementando procedimentos de Controles Internos e Auditoria Interna segmentados das áreas de negócio para manter a robustez e a independência da segunda e terceira linhas de defesa.

A estrutura de Riscos está sob responsabilidade do Chief Risk Officer, que temporariamente também responde pelas áreas de Compliance e Finanças. Ambas as áreas já possuem profissionais contratados e atuantes, em processo de aprovação junto ao Banco Central do Brasil, de forma a manter claras atribuições de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

A seguir são apresentados os riscos gerenciados pela Wise Brasil:

a) Risco de Mercado: a Wise Brasil é impactada pelo Risco de Mercado principalmente pela natureza de suas transações, que estão sujeitas a oscilações de preços de diferentes moedas (Risco Cambial). Seguimos com a estratégia de fechar a posição de câmbio diária em valores próximos a zero, minimizando a exposição a este risco. A instituição não possui estoque físico de moedas estrangeiras, facilitando a execução do fechamento da exposição diária. O monitoramento diário do risco de mercado, utiliza procedimentos internos e ferramentas externas com o intuito de obter uma análise completa dos riscos assumidos.

b) Risco Operacional: o monitoramento contínuo do risco operacional auxilia a Wise Brasil a manter sua operação disponível a todos os clientes, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Para isso, se faz necessário mapear e identificar todos os riscos e controles internos da instituição para, posteriormente, realizar o processo de avaliação de riscos (RCSA - Risk and Control Self Assessment), que permite a equipe de Riscos avaliar dados qualitativos e quantitativos na sua tomada de decisão.

c) Risco de Liquidez: somados às Políticas de Gestão de Risco de Liquidez e de Gestão de Capital, estão descritos os procedimentos de gerenciamento e monitoramento de capital, ainda em fase de aprimoramento: i) Liquidez de Curto Prazo, ainda não implantada, terá metodologia similar ao LCR, considerando os Ativos de Alta Liquidez, ("HQLA") comparados às obrigações de curto prazo após possível impacto nas receitas da instituição, ii) análise de concentração e iii) Projeção de resultados para os cenários esperado e estressado, no período de três anos, considerando impactos de diversas categorias de riscos oriundas de cenários internos e externos da Wise.

d) Risco de Crédito: é importante ressaltar que a Wise Brasil não possui portfólio de crédito --não efetua empréstimos a seus clientes, pessoas físicas ou jurídicas--, estando desenquadrada aos requerimentos da Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional. Os riscos de contraparte que a Wise Brasil está sujeita são oriundos do relacionamento com outras instituições financeiras em território brasileiro, onde constam as contas correntes em moeda estrangeira (CCME), conta corrente em Reais e os possíveis investimentos realizados pela instituição, havendo concentração acima do limite regulatório de 25% do Patrimônio de Referência em todos os meses do ano de 2022.

e) Gerenciamento de Capital: Ao longo do segundo semestre de 2022 não houve desenquadramento de capital mínimo para o Conglomerado Prudencial da Wise Brasil, que fechou o ano com índice de Basileia de 39,19%. Neste período houve fato atípico que causou redução significativa do Patrimônio de Referência, limitado a Wise Brasil Pagamentos, porém já regularizado e devidamente formalizado. A Wise Brasil possui instrumentos para cálculo e análise de capital mínimo regulatório, Patrimônio de Referência (PR), Ativos Ponderados pelo Riscos (RWA), e outros reportes prudenciais obrigatórios. Ainda estão em desenvolvimento procedimentos que garantam uma estrutura mínima de: i) Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital; ii) Programa de testes de estresse; iii) Plano de capital; iv) Plano de contingência de capital; e v) Relatórios gerenciais tempestivos para a diretoria da instituição e o comitê de riscos.

f) Gerenciamento de Risco Socioambiental: a Wise Brasil possui Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) aprovada desde o início de suas atividades no Brasil, que norteará a implementação dos procedimentos de monitoramento e gestão deste risco específico, aderente à Resolução CMN 4.327/14.

g) Risco de Compliance: O risco de Compliance é gerenciado pelo time de compliance LatAm, baseado no Brasil. O objetivo da equipe de Compliance é assegurar a aderência às normas legais e regulamentares, às políticas internas e às boas práticas de mercado, a melhoria contínua do sistema de controles internos e a mitigação de riscos relacionados aos negócios da Wise, principalmente os riscos de imagem, legal, de conformidade, regulatório e operacional.

A estrutura de Compliance da Wise é independente - reporta-se à Diretora Executiva do Conglomerado - e faz parte da estrutura de gerenciamento de riscos da Wise Brasil, correspondendo à segunda linha de defesa.

h) Controles Internos: a Wise Brasil está em processo de implantação dos procedimentos de Controles Internos aderentes à Resolução nº 4.968/21. Os testes de controles internos da instituição tem foco nos processos e controles críticos, sendo essenciais para a manutenção de uma matriz de riscos e controles atualizada, bem como para a melhoria dos processos e redução de incidentes.

i) Análise de sensibilidade: a Wise Brasil não possui estimativas nos ativos e passivos que possam ter alterações significativas, com exceção ao Patrimônio Líquido, que ao final do ano será reduzido após o pagamento de dividendos à casa matriz, que, ainda assim mantendo as reservas legais no país, impactarão positivamente o capital social.

24. Resolução CMN 4.966/21

No dia 20 de janeiro de 2023, foi aprovado, pela Administração, o planejamento para implementação da resolução CMN 4.966/21, resolução BCB 219/22, que passará a valer a partir de 01 de janeiro de 2025. Não foram identificados impactos imediatos para Corretora, porém uma vez que esta passe a ter ativos financeiros ou *hedge* contábil será adotada a política global do Wise Group para as suas devidas classificações.

25. Limites operacionais

Os limites mínimos de patrimônio líquido compatível com o grau de risco decorrente da exposição das financeiras (Acordo da Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e aplicação de recursos no ativo permanente são apurados conforme critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.723/00 do C.M.N. Em 31 de Dezembro de 2022, os limites operacionais foram devidamente atendidos, com confortável margem reportada entre o patrimônio de referência e o mínimo exigido para o RWA:

PRINCIPAIS INDICADORES DE RISCOS	DEZ/2022	DEZ/2021
Categorias de Risco	Valores em R\$ mil	Valores em R\$ mil
Risco Operacional (RWAOPAD)	95,929	81.451
Risco de Mercado (RWACAM + RWAJUR)	14	-
Risco de Crédito (RWACPAD)	80,952	15.838
RWA	176,895	97.289
Capital Social*	23,874	20.105
Cotas	18.904	18.904
Ajuste Prudencial	4.970	1.201
Patrimônio de Referência Exigido para o RWA	14,152	7.783
Patrimônio de Referência	69,319	29.221
Margem do PR	55,167	21.438
Limite de Imobilização	34,659	14.610
Ativo Permanente	559	-
Margem de Imobilização	34,099	14.610
Razão de Alavancagem	-	-
Índice de Basileia	39,19%	30.04%

*Capital Social segue a Resolução 4955 – artigo 5º, inciso X

26. Eventos Subsequentes

Informamos que não houve eventos subsequentes para Corretora que impactaram as demonstrações financeiras até a data de 22 de Maio de 2023.

No dia 16 de março de 2023, a Instituição de Pagamentos recebeu a confirmação de sua parceira comercial que, ao longo do exercício de 2022, deixaram de ser aplicados descontos de rebates relativos à comissão de bandeira do produto Cartões. O valor destes descontos será aplicado durante o exercício de 2023. O valor que impactará a entidade será de R\$3.713 antes de impostos.

DocuSigned by:

Guilherme Gallego De Vincenzo

88864D55D2A3464...

GUILHERME GALLEGO DE VINCENZO
DIRETOR
CPF 313.153.578-44

DocuSigned by:

Edson Menezes de Araujo

1248C9821FEC434...

EDSON MENEZES DE ARAUJO
CONTADOR
CRC: 255.075/O-1